



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Mesa coordenada Propriedade, distribuição e política social na construção do socialismo em Cuba.

**SOCIALISMO E IGUALDADE: AS BASES GERAIS DO SISTEMA DE
DISTRIBUIÇÃO CUBANO**

Aline Fae Stocco¹

Resumo: O presente artigo trata das transformações produzidas nas relações sociais de produção em Cuba, após a vitória do movimento revolucionário em 1959. Ao analisar o sistema de distribuição da riqueza que se conformou no país nos primeiros trinta anos da revolução, busca-se demonstrar que o mesmo logrou cumprir com sua função de submeter o produto do trabalho aos objetivos econômicos e sociais, tendo como horizonte a criação das condições necessárias para a consolidação de uma sociedade socialista. Para isso, foi descrita a estruturação do sistema de distribuição em Cuba em suas diferentes dimensões, levando em consideração as diferentes esferas e mecanismos distributivos que realizavam a mediação entre o produto e os produtores.

Palavras-chave: Socialismo; Distribuição; Igualdade.

**SOCIALISM AND EQUALITY: THE GENERAL BASES OF THE CUBAN
DISTRIBUTION SYSTEM**

Abstract: The present article deals with the transformations produced in the social relations of production in Cuba, after the victory of the revolutionary movement in 1959. In analyzing the system of distribution of wealth that conformed in the country in the first thirty years of the revolution, it is tried to demonstrate that it was able to fulfill its function of subjecting the product of labor to economic and social objectives, having as horizon the creation of necessary conditions for the consolidation of a socialist society. For this, it was described to the structure of the distribution system in Cuba in its different dimensions, taking into account the different spheres and distributive mechanisms that mediated between the product and the producers.

Keywords: Socialism; Distribution; Equality.

1 Introdução

A vitória do movimento revolucionário em Cuba, em 1959, deu início a um conjunto de transformações nas relações sociais de produção do país. E, conforme os meios de produção foram socializados e passaram a ser geridos pelo Estado enquanto representante dos interesses da massa popular por meio da planificação econômica, foi necessário realizar um esforço no sentido de estruturar um novo sistema de distribuição.

¹ Doutora em Política Social. Professora Adjunta da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas da UFVJM. E-mail: <aline.stocco@ufvjm.edu.br>.

Isso implicou a constituição de um sistema de distribuição que, englobando tanto as condições de repartição dos meios de produção como as relações de distribuição a partir do produto social, foi estruturado com diferentes esquemas e mecanismos de distribuição e redistribuição.

Esse sistema buscou submeter o produto do trabalho social aos objetivos econômicos e sociais definidos pela população em seus diferentes espaços de participação política, tendo, porém, como horizonte a criação das condições necessárias para a consolidação de uma sociedade socialista. Isso, para um país como Cuba, marcado pela dependência econômica e por desigualdades sociais profundas, implicou um grande esforço no sentido de alterar a estrutura produtiva e suprir carências materiais históricas.

Diante disso, o objetivo desse trabalho é demonstrar que o sistema de distribuição que se conformou em Cuba durante os primeiros trinta anos da revolução logrou cumprir com sua função de submeter o produto do trabalho aos objetivos econômicos e sociais. Isso se deu a partir do funcionamento de diferentes mecanismos distributivos que possibilitaram elevar as condições de vida da população sobre a base da equidade e da justiça social e, ainda que insuficientes, produziu também importantes alterações na estrutura produtiva do país. Dessa forma, independente das contradições presentes em seu funcionamento, o sistema de distribuição garantiu que os resultados do trabalho retornassem aos produtores, seja individualmente através do salário, seja como membro da sociedade através dos bens e serviços ofertados a partir do fundo de consumo social, seja na condição de proprietário dos meios de produção.

Para isso, o trabalho tratará da estruturação do sistema de distribuição em Cuba em suas diferentes dimensões, levando em consideração as diferentes esferas e mecanismos distributivos que realizavam a mediação entre o produto e os produtores. Porém, dado os limites deste trabalho, buscou-se realizar um detalhamento maior no que tange à distribuição do produto que se destina ao fundo de consumo e que chega diretamente à população, seja na forma de meios monetários ou de bens e serviços.

2 A distribuição dos meios de produção

Após a vitória do movimento revolucionário, em 1959, os meios de produção em Cuba passaram por um rápido processo de socialização, em que a principal forma de propriedade sobre os meios de produção foi a estatal. Assim, no período de 1968 até 1975,

por ocasião da chamada ofensiva revolucionária, à exceção de algumas poucas pequenas propriedades rurais e alguns proprietários de caminhões e táxis, todos os demais meios de produção eram geridos por organismos estatais, de maneira centralizada, a partir da planificação (TORRAS RODRÍGUEZ; YERA, 1995).

Segundo dados apresentados por Rodriguez Garcia (1990), com exceção da produção agrícola, 100% da produção industrial, do comércio exterior, atacadista e varejista, dos transportes e do setor bancário tornaram-se propriedade estatal. Apesar de que se observe, a partir de 1975, um movimento de criação de cooperativas agropecuárias, segundo dados de Figueroa Albelo (2006), elas representavam apenas 10,2% das terras agrícolas nacionais no início da década de 1990.

Nesse sentido, o Estado se configurava no âmbito econômico como, praticamente, o único agente econômico funcional, cumprindo, quase que exclusivamente, o triplo papel de proprietário, produtor e regulador. Com isso, a distribuição dos meios de produção expressava-se em decisões tomadas de maneira planejada e consciente a partir dos organismos centrais do Estado, e era realizada a partir de instrumentos e mecanismos baseados essencialmente em fluxos materiais e procedimentos administrativos. Cabe destacar que, o plano central da economia nacional cumpriu essa função distributiva, estabelecendo de maneira verticalizada as decisões concernentes à aplicação e distribuição dos recursos com um detalhamento bastante específico (U-ECHEVARRÍA VALLEJO, 1996).

Conforme apontou U-Echevarría (1996), o modelo de direção econômica baseado na alocação direta dos meios de produção nos diferentes setores e unidades produtivas permitiu ao país levar a cabo importantes mudanças estruturais concernentes à base material e técnica da produção. Isso se expressou em uma elevação da capacidade produtiva da indústria açucareira durante a década de 1960. E, posteriormente, na instalação de importantes plantas industriais no país, concretizando os objetivos econômicos, estabelecidos no bojo do I Congresso do Partido Comunista de Cuba, relativos à criação interna de uma indústria de bens de capital e intermediários. Mas tudo isso tinha como objetivo maior concretizar o princípio de garantir a satisfação das crescentes necessidades materiais e espirituais da população.

Embora esse tenha sido o objetivo assumido no âmbito da construção do socialismo adaptando, inclusive, o modelo soviético à realidade cubana, as estratégias

econômicas adotadas para isso apresentaram variantes que se expressaram no direcionamento setorial dado ao fundo de acumulação, como será tratado a seguir.

3 A acumulação e o consumo como expressão do processo de distribuição e redistribuição do produto do trabalho em Cuba

A socialização dos meios de produção que se processou em Cuba, a partir da tomada do poder político em 1959, imprimiu aspectos particulares à distribuição do produto novo criado entre acumulação e consumo. Cabe destacar que no capitalismo essa distribuição assume a forma de um permanente antagonismo de classes, sendo que apropriação privada de uma parte do produto pela classe capitalista é usada para criar as condições para que essa apropriação seja ainda maior, à custa da permanente redução da parte do produto apropriado pelos trabalhadores. A socialização dos meios de produção que se expressa também em uma apropriação social dos resultados do trabalho permite a superação desse caráter antagônico. Para o caso de Cuba, é possível considerar que a totalidade do produto passou a retornar aos produtores: primeiro, pela apropriação direta via o trabalho e os bens e serviços ofertados pelo Estado; e, segundo, enquanto membros da sociedade e, portanto, proprietários dos meios de produção.

Da mesma maneira, as decisões relativas à proporção entre acumulação e consumo deixaram de expressar o resultado das relações anárquicas estabelecidas no âmbito do mercado, como ocorre no capitalismo. Com a direção planejada da economia, a partir de 1961, a relação entre acumulação e consumo assumiu a forma de decisões conscientes e planejadas que buscavam concretizar os objetivos econômicos e sociais que requeriam a construção de uma sociedade socialista no país.

Contudo, não foram apenas essas particularidades, comuns aos países que vivenciaram processos de construção socialistas, que passaram a caracterizar essa dimensão da distribuição do produto novo criado entre acumulação e consumo. Para o caso de Cuba, a distribuição entre consumo e acumulação assumiu especificidades que estiveram relacionadas às condições sócio-históricas herdadas pela revolução, como por exemplo o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, condicionantes conjunturais que se manifestaram no contexto interno e externo, também atuaram sobre essa dimensão da distribuição. Em relação a isso, cabe destacar: a ausência de meios para importar equipamentos e máquinas; a evasão de trabalhadores qualificados

do país; a impossibilidade de adquirir peças para a manutenção do parque produtivo; a falta de acesso ao crédito e a tecnologias desenvolvidas nos países ocidentais; a necessidade de realizar vultosos gastos com a defesa do país; e demais consequências resultantes do bloqueio econômico imposto à ilha (RODRIGUEZ GARCIA, 1990).

Em realidade, durante o período que se iniciou em 1959 e se estendeu até 1989, as decisões relativas ao consumo e acumulação sempre estiveram tensionadas por dois aspectos principais: limitações no que tange à criação de um excedente econômico correspondente às demandas estruturais do país em termos de criação das condições para a consolidação de uma sociedade socialista; e, frente a essa limitação, a necessidade de transferência líquida de recursos do exterior para a economia interna.

Essa relação se configurou em um modelo de acumulação, que embora tenha assumido variantes² quanto aos setores econômicos estratégicos priorizados, esteve sempre baseado na incorporação crescente de novos trabalhadores e recursos materiais, garantidos, inclusive, pela incorporação de recursos do exterior via um expressivo déficit externo compensado pelas relações mantidas com os países do campo socialista (CARRANZA; MOREAL, 1997).

Nesse sentido, a entrada de Cuba no CAME, em 1972, foi central para os resultados alcançados pelo país em termos do desenvolvimento da estrutura produtiva do país e da elevação das condições de vida da população que ocorreu após 1976. Um estudo publicado por CEPAL (2000) elencou as condições favoráveis conferidas à economia cubana pelos acordos bilaterais firmados no âmbito do CAME, dentre as quais cabem destacar:

² Até 1963, optou-se por um acelerado processo de industrialização do país, combinado com uma diversificação no setor agrícola e uma política de redistribuição de renda e da riqueza, que, dadas as dificuldades do contexto interno e externo, não resultaram exitosas em termos de crescimento econômico. A partir de 1964, adotou-se como estratégia redirecionar os recursos produtivos para o setor monoprodutor e monoexportador de açúcar de cana, que assumiu novamente o papel principal no processo de reprodução social no país, com o intuito de criar as condições futuras para um processo de industrialização. Com uma aproximação cada vez maior com os países do Sistema Socialista Mundial e a ampliação das relações de dependência com eles, combinadas ao esgotamento dessa estratégia baseada apenas no crescimento extensivo da agroindústria açucareira, o país redirecionou os objetivos econômicos apostando, a partir de 1976, na implantação de unidades industriais para produção de bens intermediários e de capital. Assim, o período que se iniciou em 1976 e se estende até 1989 foi marcado pelos esforços de ampliar o parque industrial interno. Para mais informações, ver: Rodrigues (1990), Álvarez González (1998) e Cepal (2000).

- mercados e preços para as exportações cubanas garantidos em contratos de cinco anos;
- relação estável entre os preços das exportações nacionais e as importações de bens intermediários e de capital provenientes dos países membros;
- preços das exportações nacionais sempre acima dos vigentes no mercado internacional e condições mais favoráveis para as aquisições realizadas a partir dos países membros;
- financiamento quase automático dos déficits comerciais bilaterais concedidos pela URSS; e,
- reexportação de parte do petróleo enviado no âmbito dos acordos.

Isso resultou em um incremento do que se chamava em Cuba “*Ingreso Nacional Disponible*”, tratava-se do indicador que representava o valor novo criado no país acrescido do resultado do comércio exterior. Segundo dados apresentados por Álvarez Gonzalez (1995), durante toda a década de 1980, a participação do saldo comercial na composição desse indicador o incrementou em mais de 5%, sendo que nos últimos cinco anos da referida década essa participação foi superior à média anual de 15%.

Todos esses elementos corroboram as análises já realizadas no primeiro capítulo sobre os problemas de acumulação da economia cubana, que, além de um esgotamento em relação à criação de excedente econômico, também se expressaram em dificuldades em manter os crescentes níveis de consumo garantidos em termos salariais e em serviços e bens distribuídos no âmbito das políticas universais que serão apresentados a seguir.

4 O trabalho e os ingressos monetários das famílias

Antes de 1959, a população cubana convivia com o desemprego, os baixos salários e a dificuldade da população em ter uma renda em quantidade suficiente para adquirir no mercado os bens de consumo para sua própria sobrevivência. Problemas que não estavam restritos à área urbana, dado que a principal atividade agrícola do país estava organizada em grandes extensões de terras e o trabalho nos grandes engenhos de açúcar era a principal ocupação da força de trabalho no campo.

Nesse sentido, uma das maiores preocupações do governo revolucionário, assim que assumiu o poder político, foi garantir a todos uma fonte de ingressos monetários e adotar medidas para elevar o poder de compra da população. Se, por um lado, distribuiu

terras aos trabalhadores rurais, por outro, deu início a um levantamento sobre a força de trabalho e realizou intervenções nas companhias de serviços públicos reduzindo tarifas e rebaixando os preços de aluguéis de imóveis.

Quando o Departamento da Indústria foi criado, e posteriormente transformado no Ministério da Indústria, e foram estatizadas as primeiras unidades industriais no país, a estratégia adotada foi alocar a mão de obra desempregada nos setores em que mais necessitava de trabalhadores, e aqueles que ainda ficaram disponíveis foram encaminhados para cursos de formação e capacitação, tendo garantido o salário mensal³. Com isso, segundo Carriazo Moreno e Rodríguez (1987, p. 62), “el desempleo estructural que afectava a la economía cubana se fue transformando paulatinamente en una situación de virtual pleno empleo”.

Após a estatização da maioria dos meios de produção do país, o Estado se tornou o principal responsável por organizar a produção e o trabalho nas empresas estatais. Essas, por sua vez, se converteram na principal fonte de ocupação dos trabalhadores, tanto na área urbana quanto na área rural. O salário seguiu existindo como forma de os trabalhadores se apropriarem de parte do produto de seu trabalho, mas seu conteúdo foi alterado. Como bem assinalaram Carriazo Moreno e Rodríguez (1987), o salário foi deixando de ser a única maneira dos trabalhadores obterem os meios de consumo e se tornou somente um dos mecanismos do sistema de distribuição do produto em Cuba.

Além disso, ele deixou de ser a remuneração que os trabalhadores recebiam pela venda de sua força de trabalho a outrem, pois, na medida em que os trabalhadores estavam representados no Estado, e esse se tornou o sujeito responsável pela gestão dos proprietários dos meios de produção, logo os próprios trabalhadores, como membros da sociedade, tornaram-se proprietários dos meios de produção.

Com efeito, o montante dos meios monetários que cada trabalhador continuou recebendo individualmente, sob a denominação de salário, dava-lhe direito a se apropriar de uma cesta de bens e serviços para a satisfação de suas necessidades individuais, sendo, portanto, a parte do produto que lhe chegava em função de seu aporte individual de trabalho à sociedade. A outra parte do produto do trabalho que retornava ao trabalhador

³ Essa estratégia de direcionar os trabalhadores para se qualificarem, garantindo-lhes o salário, foi veementemente defendida por Ernesto Che Guevara como uma maneira de não inflar as plantas industriais. Além disso, ele defendia a necessidade de se investir na formação dos trabalhadores frente à escassez de técnicos e especialistas que havia naquele momento.

assumia a forma de bens e serviços garantidos pelas políticas universais gratuitas ou subsidiadas, que serão tratadas logo adiante.

Dentro disso, o objetivo do governo revolucionário se tornou organizar as relações laborais e criar um sistema salarial compatível com as novas bases estruturais da sociedade. Isso significava tornar o salário também, em um mecanismo de realização da distribuição segundo o aporte laboral e, dessa forma, transformá-lo em um importante estímulo para a elevação da produtividade e da qualificação dos trabalhadores.

Dentro disso, durante o ano de 1962, técnicos do Ministério da Indústria e do Ministério do Trabalho empenharam-se na construção de um novo sistema salarial que passou a vigorar em 1963⁴. Estruturado a partir de 5 aspectos principais (escala salarial, qualificadores de ocupação, tarifas, normas de trabalho e formas e sistemas de pagamentos), é possível destacar que foram criados grupos de ocupações de acordo com a complexidade do trabalho e definidos coeficientes que levavam em consideração a qualificação indispensável dos trabalhadores, a tecnologia e a complexidade das atividades desenvolvidas para a produção. Em conjunto, estabeleceram-se oito grupos salariais que se diferenciavam pela complexidade do trabalho envolvido e, dentro de cada grupo, ainda se levava em consideração as condições de trabalho que variavam entre normais, nocivas e perigosas (TABLADA, 1987). Cabe destacar que, a partir de abril de 1965, esse sistema salarial começou a sofrer uma série de modificações que, combinadas ao que se chamou concepções idealistas e voluntaristas⁵ a respeito da construção do socialismo, resultou em sua supressão.

Por outro lado, a década de 1970 foi caracterizada por um esforço de restabelecer no país a chamada distribuição por aporte laboral, reconhecendo os erros cometidos durante o período anterior. Assim, empreenderam-se medidas no sentido de reestruturar o sistema salarial e retomar o estabelecimento de normas em relação à organização do

⁴A implantação do novo sistema foi realizada de forma paulatina. Segundo Tablada (1987), primeiro o sistema foi implantado em 36 estabelecimentos agrícolas e em 247 unidades industriais e de serviços. No ano seguinte, alcançou todas as demais unidades industriais. E, em 1965, o sistema foi implantado para os trabalhadores administrativos.

⁵O Informe Central apresentado por Fidel durante o I Congresso do Partido Comunista de Cuba traz em seu bojo uma seção em que, de maneira bastante crítica, são elencadas várias medidas adotadas durante a década de 1960, que evidenciam alguns aspectos do que têm sido classificados como concepção idealista e voluntarista desse período. E, nesse sentido, cabe destacar a ideia de que era possível chegar ao comunismo rapidamente, e que o caminho para isso era suprimir as formas mercantis, o orçamento do estado e aumentar os bens e serviços fornecidos sem intercâmbio monetário. Como parte disso, foi dissolvido o Ministério da Fazenda e reestruturado o Banco Central, tendo sido também eliminados os estudos de Economia Política do Socialismo e de Contabilidade Pública da Universidade (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 1975).

trabalho, de maneira a vincular os salários dos trabalhadores ao cumprimento dos padrões e metas de trabalho, construídas a partir de critérios científicos. Mas os esforços nesse sentido resultaram na aplicação da reforma salarial para todos os setores a partir de 1979 sem que o processo de estabelecimento das normas laborais houvesse sido concluído (GONZÁLEZ RODRÍGUEZ; PÉREZ ROMERO, 2013).

Com isso, a nova estrutura salarial, que tinha como objetivo principal reintroduzir no país os estímulos materiais ao trabalho como forma de elevar a produtividade e a qualificação dos trabalhadores representou de fato uma elevação nos salários. Segundo Carriazo Moreno e Rodríguez García (1987), o que ocorreu foi uma elevação no salário mínimo e a incorporação neste último de prêmios por resultados alcançados em relação às metas estabelecidas nos planos, adicionais por condições anormais de trabalho e estímulos econômicos para trabalhadores de setores prioritários dentro da estratégia de desenvolvimento.

Conforme apontaram González Rodríguez e Pérez Romero (2013), os sistemas de pagamentos e estímulos aprovados a partir de 1980, além de não resultarem em um aumento da produção e da produtividade, acabaram provocando aumentos salariais sem a correspondente contrapartida no âmbito da produção. Como consequência, produziu-se no interior da economia cubana um acúmulo de meios monetários que não tinham correspondência na oferta de bens e serviços e a reforma salarial acabou não cumprindo os objetivos estabelecidos. Além disso, colaborou para aprofundar a dependência interna na medida em que pressionou para um aumento das importações e estimulou o surgimento de um mercado ilegal de comercialização de produtos derivados de desafios e roubos.

As dificuldades de concretizar em Cuba uma distribuição que permitisse uma vinculação maior à contribuição laboral de cada trabalhador também esteve associada ao papel que foram assumindo os bens e serviços sociais básicos ofertados no âmbito da satisfação das necessidades coletivas, conforme será tratado a seguir.

5 O conjunto das políticas universais como mecanismo de apropriação do produto

social

Para cumprir o “Programa de Moncada”, desde os primeiros dias, o governo revolucionário iniciou transformações relativas aos serviços públicos. A habitação⁶, a cultura⁷, a seguridade social⁸ e a educação⁹ foram as primeiras áreas impactadas pelas novas leis, instituições e ações constituídas nos dois primeiros anos da revolução. Cabe assinalar que, inicialmente, as medidas adotadas visavam concretizar um projeto político bastante progressista em relação aos objetivos sociais, inclusive apresentando similitudes a muitos governos de caráter mais populistas e reformistas. Mas, à medida que as reformas foram sendo implantadas, e promoviam alterações estruturais que afetavam o poder econômico da elite nacional, acabaram gerando reações internas e externas que conduziram as mudanças para um campo de maior confronto, resultando na estatização de quase todos os meios de produção. Conforme apontou o estudo produzido pela Cepal (1979, p. 16),

En el momento en el que este proceso de reto y respuesta alcanzó el hito principal de fines de 1961, con la proclamación del socialismo con el objetivo central y del marxismo-leninismo como la teoría básica, todas las grandes empresas del país, nacionales y extranjeras, ya habían sido nacionalizadas, y se habían logrado en buena medida los objetivos iniciales del empleo, alfabetización y de políticas distributivas.

⁶ Em fevereiro, a Lei nº 86 criou o Instituto Nacional de Ahorro y Vivienda, que tratou de enfrentar os problemas derivados dos jogos de azar em Cuba, direcionando os recursos deles para solucionar outros males sociais, como a falta de moradia. Nesse sentido, substituiu a Renta de la Lotería Nacional de Cuba, pelo Instituto Nacional de Ahorro y Vivienda, que tinha como objetivo redirecionar os recursos provenientes dos jogos para a construção e financiamento de habitações.

⁷ Em março, começaram a ser aprovadas as ações para estimular o desenvolvimento cultural do país. A lei nº 169 criou o Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC) que ficou encarregado de impulsionar a indústria cinematográfica do país, valorizando a cultura nacional, enquanto que a Lei nº 187 criou a Imprenta Nacional de la República de Cuba responsável pela impressão de materiais didáticos e funcionais das escolas públicas e de livros indicados pela área cultural e educacional.

⁸ Ainda em 1959, a Lei nº. 351 criou o *Banco de Seguros Sociales de Cuba* (BANSESCU), que integrou 20 caixas de seguro de trabalhadores sob a direção de um novo organismo. A instituição da Lei nº. 677 tornou obrigatório o seguro social para todos os trabalhadores. A lei estabeleceu a contribuição obrigatória para empregadores e empregados e fixou um benefício mínimo de 40 pesos. Segundo Bell, López e Caram (2006, p. 184), “*a partir de este momento se inició el acceso universal a la seguridad social, que constituye uno de los pilares de la protección social en la sociedad cubana*”.

⁹ Cabe lembrar que, ainda durante a luta armada em Sierra Maestra, começaram as primeiras ações educacionais direcionadas, principalmente para o combate ao analfabetismo. Já em setembro de 1959, promoveu-se a criação de dez mil salas de aula em toda a ilha, transformando antigos quartéis militares em escolas. Em dezembro, foi aprovada a Lei nº 680, que estabeleceu as *Bases y normas reguladoras de la Reforma Integral de la Enseñanza en Cuba*. Os aspectos mais importantes da lei estavam relacionados à reorganização do ensino público que buscou garantir uma articulação e continuidade entre os diferentes níveis de ensino e a necessidade de uma educação voltada para o desenvolvimento integral do ser humano. O ano seguinte foi declarado o “Año de la Educación” e teve início uma grande campanha de alfabetização que mobilizou professores e voluntários que percorreram o país e ensinaram 979.207 pessoas a ler e escrever.

O que seguiu a esse momento, foi a estruturação de um sistema de distribuição que, baseado nas novas relações de produção em construção, passou a garantir à população um conjunto de serviços públicos custeados pelo orçamento estatal ou pelos fundos das empresas estatais e cooperativas. Dessa maneira, proporcionavam a todos os cidadãos cubanos uma parcela da riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores na forma de serviços sociais básicos que tinham por objetivo a satisfação das necessidades coletivas das famílias em áreas como educação, saúde, esporte, cultura e seguridade social, alimentação e habitação.

Ao descrever o que significava esse conjunto de serviços, Carriazo Moreno e Rodríguez (1987, p. 73) afirmaram que

En Cuba existen toda una serie de servicios que corren a cuenta del Estado y que se financian centralmente por la vía de los fondos sociales de consumo y los que constituyen aproximadamente la cuarta parte de los ingresos per capita de la población cubana. Los fondos sociales de consumo constituyen una vía de distribución de los ingresos y servicios a la población, independientemente de la calidad y cantidad de trabajo, y cumplen la función de satisfacer las necesidades sociales básicas. (CARRIAZO MORENO; LUÍS RODRÍGUEZ, 1987, p. 73)

Ou seja, diferentemente de outros países, em que as políticas públicas executadas pelo Estado concentram-se na esfera da redistribuição que se promove a partir do orçamento público, em Cuba, a partir da socialização dos meios de produção e da planificação, um conjunto de bens e serviços foram reconhecidos e institucionalizados como necessidades sociais básicas a serem garantidos a todos os membros da sociedade independente de qualquer contribuição tributária, aporte de trabalho ou posição social.

Do mesmo modo, Odriozola Guitart e Colina Hernández (2016) ao explicarem os chamados *fondos sociales de consumo*, apontaram as diferentes formas que os mesmos assumiam na realidade cubana e os classificaram da seguinte maneira:

- a) serviços gratuitos ofertados à população (ensino, atenção à saúde, serviços comunitários, etc.);
- b) serviços em forma monetária (aposentadorias do sistema de seguridade social, benefícios da assistência social, ajuda a estudantes universitários, etc.);
- c) serviços em espécie (infraestrutura e bens de consumo nos lares para idosos e pessoas desamparadas, medicamentos e equipamentos de reabilitação para pessoas com ingressos monetários insuficientes etc.); e,
- d) subvenções estatais ou subsídios (creches, internatos, alimentação social, etc.).

Nesse sentido, logo nos primeiros anos da revolução o ensino foi reconhecido como um dever do Estado que não deveria ser exercido por outrem, assim como não deveria ser mediado por intercâmbio monetário, efetivando-se, dessa maneira, como um direito de todos os cidadãos, o que resultou na completa estatização da rede de ensino ainda em junho de 1961 (BELL, LÓPEZ, CARAM, 2008). Com isso, a educação passou a ser concebida como parte das condições necessárias para o desenvolvimento do país, e buscou-se adaptar o sistema educacional às necessidades de desenvolvimento econômico e social da ilha (CEPAL, 1979). Dito de outra forma, além de reconhecer o direito de todos à educação, essa lei inseriu o sistema educacional cubano como parte do processo de construção de uma nova sociedade e de um novo homem.

Além da grande campanha de alfabetização que reduziu ao mínimo o número de pessoas que não sabiam ler e escrever, o sistema buscou garantir cobertura universal da educação básica no país, envolvendo, dessa maneira, um grande grupo populacional formado pelas crianças, adolescentes e jovens.

Ademais, um dos aspectos fundamentais na reorganização do sistema de ensino em Cuba foi sua concepção integrada de educação vista como uma unidade de todos os níveis de ensino, ou seja, desde a pré-escola até o ensino superior. Nesse sentido, o sistema foi composto por subsistemas específicos voltados também para os adultos e pessoas com necessidades especiais, educação técnica e profissional, educação superior e formação de docentes (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Em todo o sistema educacional, aplicou-se o princípio da combinação do estudo com o trabalho como forma de desenvolver a condição humana de trabalhador nos indivíduos e a disciplina laboral no sentido de desenvolver a ideia de que todos precisam aportar à sociedade, desde as crianças até o ensino superior (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Na saúde, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo depois de declarado o caráter socialista da revolução foi a instituição da Lei 959/1961, que criou o Ministério da Saúde Pública e definiu novas funções e objetivos para os diversos órgãos estatais relacionados à área da saúde. Foi a partir desse momento que os serviços médicos começaram a ser oferecidos à população cubana sem o obrigatório intercâmbio monetário, que desapareceu completamente apenas em 1969, quando se extinguiu completamente o setor privado de serviços de saúde no país (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Segundo a Cepal (1979), em Cuba, tratou-se de superar a concepção tradicional da saúde como sinônimo da ausência de enfermidades, adotando um conceito que não levava em consideração apenas a condição física e mental das pessoas, mas o seu modo de vida. Nesse sentido, o fundamento do sistema de saúde foi a medicina preventiva em que a elevação do nível de saúde não era dada apenas por curar as enfermidades, mas no desenvolvimento de ações que asseguravam a promoção e proteção da saúde. Esse aspecto estava presente desde as primeiras grandes ações de imunização da população contra um conjunto de doenças.

Como parte dessa concepção, desde os primeiros anos se ampliou a rede de serviços da saúde para concretizar a cobertura de toda a população, e se alterou a relação médico-paciente. Estruturou-se um sistema nacional e único de saúde que centralizava a formulação da política de saúde em âmbito e descentralizava sua aplicação em unidades regionais e locais (CEPAL, 1979).

Um grande obstáculo no desenvolvimento da política de saúde nos primeiros anos da revolução foi a falta de recursos humanos, pois o êxodo de profissionais ligados à saúde foi muito grande, exigindo um esforço concentrado na formação desses profissionais. Assim, além da ampliação da rede instalada para a prestação dos serviços, foram concentrados esforços na formação de recursos humanos para o atendimento da população com a construção de instalações docentes para a formação de profissionais do sistema de saúde pública. Dessa forma, garantiu-se o atendimento universal de saúde à população e aumentou-se a quantidade de especialistas, elevando a qualidade do serviço prestado (CARRIAZO MORENO; LUIS RODRÍGUEZ, 1987).

Ao reconhecer a moradia como parte da proteção integral das famílias, o Estado cubano buscou materializar o direito à habitação, reduzindo os gastos mensais familiares com moradia. Para isso, promoveu uma amortização nas dívidas com moradia das famílias cubanas que já possuíam uma habitação, entregou novas moradias às famílias mediante pagamentos mensais não superiores a 10% da renda familiar e proibiu o aluguel de imóveis.

Um elemento central que incrementou a construção de novas moradias nesse período foram as brigadas que eram formadas por trabalhadores eleitos nos centros de trabalhos que, por sua dedicação ao trabalho e capacidade física, poderiam apresentar um bom desempenho na construção civil. A empresa à qual estavam vinculados seguia pagando seus salários e os demais trabalhadores ampliavam suas jornadas normais de

trabalho para manter, na empresa, a mesma produtividade apesar da ausência dos trabalhadores que formavam as brigadas. Em contrapartida, aqueles que recebiam as habitações construídas pelas brigadas pagavam por elas o equivalente a 6% de sua renda familiar, independentemente do tamanho e das características da habitação (CEPAL, 1979).

Na área cultural, a estratégia adotada seguiu por dois caminhos distintos. O primeiro foi a superação da tradicional separação entre a cultura popular e a cultura elitista. Nesse sentido, foram publicadas várias edições de livros ofertados à população a preços muito baixos e realizadas amplas seções de cinema em zonas distantes e isoladas do país, buscando levar até a população a produção artística existente. A outra estratégia foi estimular a participação popular em atividades culturais (CEPAL, 1979).

O esporte também assumiu as mesmas características já identificadas no campo cultural. Tratou-se de eliminar o profissionalismo e se estimulou a prática maciça de esporte em todo o país e o desfrute do mesmo pelo conjunto da população. O Estado tornou-se o grande responsável por disseminar e promover a prática esportiva, garantindo aos atletas e praticantes todo o suporte necessário em termos de infraestrutura, equipamentos e serviços (CEPAL, 1979).

Ainda como parte das políticas universais garantidas no âmbito do Estado, é preciso destacar a *libreta*, mecanismo de distribuição dos bens racionalizados garantido a todos os cidadãos. Na verdade, esse mecanismo surgiu das dificuldades ocasionadas pela ampliação do poder de compra da população logo nos primeiros anos da revolução e as restrições impostas pelo bloqueio econômico ao aumento da oferta de produtos, em que se observou um processo especulativo em relação aos preços de alguns artigos de consumo, em especial de alimentos. Para enfrentar essa situação, o governo revolucionário, através da Lei nº 1015, criou a *Junta Nacional para la Distribución de los Abastecimientos*, com o objetivo de promover uma melhor distribuição no abastecimento dos artigos de consumo (CUBA, Lei nº 1015, 1962). Com isso, buscou-se garantir acesso equitativo de todos os setores sociais aos bens de consumo considerados essenciais.

Por meio da *libreta*, uma espécie de caderneta, garantiam-se quotas semanais de determinados alimentos às famílias, e os cupons, distribuídos pelos centros de trabalho e pelos CDRs, eram utilizados para a aquisição de bens industriais. Para adquirir os produtos distribuídos de maneira racionada pela *libreta*, a população recorria a

determinados estabelecimentos de venda aos quais estavam vinculados, nos dias e horários estipulados pela Junta de Distribuição. Já os bens industriais podiam ser adquiridos em qualquer estabelecimento comercial que os ofertassem (DÍAZ ACOSTA, 2010).

Segundo Carriazo Moreno e Rodríguez (1987), durante a década de 1960, o racionamento foi estabelecido para praticamente todos os alimentos, roupas, calçados e bens de consumo duráveis. Em relação ao preço, os autores colocam que o sistema de racionamento acabou estabelecendo uma distribuição que era independente do poder de compra da população, embora tenha se mantido o intercâmbio monetário na aquisição de tais produtos.

Em síntese, todos esses serviços e bens ofertados no âmbito estatal constituíram-se em mecanismos distributivos que, ao repartirem de maneira universal e equitativa uma parte do produto do trabalho social destinado à satisfação das necessidades coletivas, elevavam as condições de vida da população e contribuía para tornar efetiva a propriedade social dos meios de produção. Em realidade, esses mecanismos possibilitavam que todos se apropriassem, de maneira equitativa, de uma parte do produto social.

Essa distribuição de bens e serviços realizada, com um mínimo de intercâmbio de meios monetários, foi inicialmente determinada pela necessidade de cumprir os objetivos sociais pactuados no Programa de Moncada e que garantiram a coesão política que levou ao poder o movimento 26 de Julio. Posteriormente, com a declaração do caráter socialista da revolução, essa distribuição passou a ser determinada pela necessidade de se criar no país as condições objetivas e subjetivas para se avançar na construção de uma sociedade socialista, o que implicava não apenas o desenvolvimento das forças produtivas para ampliar a quantidade da riqueza produzida, mas a criação de uma nova relação do ser humano com o trabalho que seria refletido em uma nova consciência, chamado por Che Guevarra de “homem novo”.

Segundo assinalam Garcia Baéz y Sanches Noda (2002), a essência dessa distribuição realizada a partir do que tradicionalmente se denomina *Fondos Sociales de Consumo* é reduzir paulatinamente as diferenças socioeconômicas entre os trabalhadores no âmbito da produção de maneira a tornar real a igualdade que já é formal, dado que todos os membros da sociedade são proprietários dos meios de produção. Entretanto, para países caracterizados por elevada desigualdade social refletida em carências sociais

históricas, como o caso de Cuba, avançar na concretização dessa essência implicou dar a essa distribuição na forma de bens e serviços básicos coletivos, logo nos primeiros anos da experiência de transição, um peso que não apenas impactou negativamente a própria capacidade de acumulação, como atuou desvinculando totalmente a distribuição do aporte laboral, criando sérios obstáculos para o crescimento da produtividade do trabalho e da capacidade produtiva do país.

E, conforme mostrou Garcia Baéz (1987), o peso dessa distribuição na forma de bens e serviços coletivos foi crescente durante todos os primeiros trinta anos da revolução. Segundo o autor, em 1975, os recursos destinados aos *fondos sociales de consumo* haviam absorvido 22,6% da Renda Nacional e, em 1984, esse percentual chegou a 26%, sendo que, considerando o gasto por pessoa, o aumento registrado foi de 36,8% para o quinquênio 1975-1980. Esse peso também se refletia no percentual de trabalhadores ocupados nos setores vinculados à prestação desses serviços. Como exemplo, o autor citou os serviços de educação e saúde, que, no ano de 1982, absorviam mais de 17% dos trabalhadores, levando-o a concluir que

[...] es incuestionable que el hecho de que casi una quinta parte de los recursos laborales están ocupados en estas dos esferas, sin considerar el resto de los elementos de los fondos sociales de consumo, indica el alto nivel alcanzado en estos campos pero también muestra una distorsión que alcanzados ya los niveles satisfactorios, debe ser corregida en correspondencia con las necesidades, posibilidades y objetivos económicos (GARCIA BAÉZ, 1987, p. 30).

Mas, se por um lado, esses bens e serviços distribuídos a partir dos *fondos sociales de consumo* cumpriram o objetivo de elevar as condições de vida da população e, dessa forma, garantiam a materialização da propriedade social dos meios de produção na medida em que aproximava todos os trabalhadores quanto ao padrão de consumo, por outro lado, apresentavam algumas limitações quanto à redução das diferenças entre os trabalhadores no âmbito do trabalho, dado que alguns de seus elementos acabavam não sendo utilizados pelas famílias com maiores desvantagens.

Em relação a isso, Garcia Baéz (1988) apontou a insuficiente oferta de instituições pré-escolares e como isso acabava perpetuando as desigualdades entre as futuras gerações de trabalhadores, dado que as famílias em piores condições sociais, ao não terem acesso a essas instituições, não conseguiam oferecer aos filhos condições objetivas equivalentes de desenvolvimento. O autor exemplificou ainda as diferenças que se verificava em outros países socialistas, relacionadas ao conhecimento adquirido pelos jovens que concluía

ciclo escolar a partir da inserção laboral das famílias, argumentando que, embora não houvesse dados para o caso de Cuba, era inquestionável o fato de que os filhos das famílias que tinham melhores ocupações dentro das atividades laborais acabavam tendo um desempenho escolar superior aos filhos de operários.

6 As garantias da seguridade social

Para completar a integralidade do sistema de distribuição que se estruturou em Cuba após 1959, foi criado um sistema de seguridade social, que, instituído pela primeira vez por meio da Lei nº1.100 de 1963, foi sendo aperfeiçoado ao longo do período analisado nessa seção. Esse sistema baseou-se no entendimento de que era responsabilidade do conjunto da sociedade garantir, aos incapacitados para o trabalho, a satisfação de suas necessidades individuais, sendo para isso destinado uma parte do produto social.

Assim, a lei reconheceu o direito de todos os trabalhadores à proteção garantida no âmbito da seguridade social e extinguiu todas as contribuições individuais, passando os serviços e benefícios a serem custeados pelo orçamento público. De maneira expressa, o Estado tornou-se responsável por garantir, a todos os trabalhadores e suas famílias, proteção em caso de maternidade, acidente, enfermidade comum e profissional, invalidez, velhice e morte.

A lei estabeleceu que os benefícios podiam assumir três formas diferenciadas: serviços, bens e monetárias. Foram considerados benefícios na forma de serviços, a assistência médica e odontológica e a reabilitação ou reeducação médico-social. Os chamados benefícios em espécie eram os medicamentos e alimentação aos pacientes hospitalizados, próteses ortopédicas, dentre outras coisas necessárias à reabilitação dos trabalhadores e suas famílias. Por fim, os benefícios monetários eram os subsídios, pensões e aposentadorias (CUBA, Ley nº 1.100, 1963).

A lei ainda fixou um valor mínimo e máximo para as pensões, aposentadorias e subsídios, proibiu o acúmulo de benefícios monetários e considerou incompatível o recebimento de benefícios monetários com atividades laborais remuneradas salvo algumas exceções. O direito à aposentadoria foi garantido a todos os trabalhadores, sendo

60 anos a idade mínima para os homens e 55 para as mulheres (CUBA, Ley nº 1.100, 1963).

Em 1979, esse sistema foi aperfeiçoado com a aprovada a Lei 24. A primeira modificação importante foi a inclusão da assistência social como parte integrante do sistema de seguridade social. Em seu artigo 3º, a lei definiu que a assistência social estava direcionada para proteção dos idosos, das pessoas não aptas para o trabalho, e para todas as demais, que, por alguma condição, não tivessem suas necessidades essenciais asseguradas e que demandassem proteção e ajuda da sociedade (CUBA, Ley nº 24, 1979).

Diferente da lei anterior, a nova regulamentação previu que os benefícios monetários poderiam alcançar até 80% do salário médio do trabalhador e ampliou o conceito de salário para o cálculo da aposentadoria, incluindo benefícios recebidos pelos trabalhadores. Além disso, estabeleceu um tratamento diferenciado aos trabalhadores no momento da aposentadoria, levando em consideração os anos trabalhados (CUBA, Ley nº 24, 1979).

Em relação à assistência social, da mesma maneira como a seguridade social, ficou fixado que os benefícios poderiam ser serviços, produtos e bens ou monetários. Como serviços garantidos pelo regime da Assistência Social, foram elencados os seguintes: o ingresso nos lares para idosos para aqueles que necessitavam desses serviços, serviços sociais de atenção aos aposentados, pensionistas e idosos por invalidez ou por idade, o ingresso em lares para impedidos físicos e mentais, alojamento e atenção em caso de atendimento médico fora da localidade de residência, assistência cultural e recreativa aos idosos, aposentados e pensionistas por invalidez ou por idade, proteção às crianças via o sistema de educação nos casos de problemas sociais e outros serviços especializados em matéria de saúde, reabilitação, moradia, educação e atenção ao idoso (CUBA, Ley nº 24, 1979).

Com isso, garantiu-se a todos os membros da sociedade não apenas a satisfação de um conjunto de necessidades básicas consideradas essenciais, mas também a satisfação das necessidades individuais para aqueles que, tendo já contribuído para o produto social, encontravam-se incapazes para o trabalho, ou, em virtude da idade ou pela condição física e mental, não estavam aptos para a atividade laboral. Esse mecanismo distributivo retirava das famílias a responsabilidade pela renovação da capacidade de trabalho no âmbito do processo de reprodução social e a compartilhava com o conjunto da sociedade.

7 Considerações Finais

Um balanço dos primeiros trinta anos das transformações iniciadas em Cuba a partir de 1959, tendo como objeto de avaliação o sistema de distribuição da riqueza que se estruturou a partir de então, deixa evidente que não apenas se cumpriu o Programa de Moncada, como a ele foram sendo acrescentados novos objetivos decorrentes do caráter socialista que assumiu o processo revolucionário no país. Com isso, o horizonte que se delineou foi a construção de uma sociedade com altos níveis de justiça social.

Nesse sentido, as transformações levadas a cabo resultaram na concretização de um sistema de distribuição da produção que, influenciado pelo paradigma marxista-leninista, hegemônico no campo socialista soviético, teve seus mecanismos de funcionamento organizados a partir do monopólio do Estado sobre a gestão dos meios de produção e da direção planificada da economia. Dentro disso, buscou-se garantir que o produto do trabalho social estivesse em função de concretizar os objetivos econômicos e sociais que permitiriam ao país avançar em sua experiência de transição ao socialismo.

Todavia, esse sistema também assumiu as especificidades conferidas pelas condições sócio-históricas herdadas pelo país e as condicionalidades que foram surgindo no desenrolar do processo histórico, em que se destacam: as crescentes dificuldades econômicas engendradas pelas agressões praticadas pelo movimento opositor, o bloqueio econômico instituído à ilha pelo governo estadunidense e a parceria de Cuba com os países que compunham o Sistema Socialista Mundial.

Conforme já relatado anteriormente, em termos de resultados alcançados nesses primeiros trinta anos o país conseguiu superar carências históricas nas áreas da saúde e da educação, investiu no desenvolvimento cultural e intelectual da população, criou as condições para a disseminação da prática esportiva e, por meio do emprego e da seguridade social, garantiu a todos os cidadãos acesso a meios monetários para a satisfação das necessidades individuais. Além disso, tratou de assegurar que todos igualmente tivessem acesso a uma quota de alimentos e de bens de consumo, frente aos períodos de maior restrição¹⁰ na oferta de produtos. A isso, posteriormente se agregou um subsídio conferido pelo Estado no âmbito da produção ou da importação de tais produtos.

¹⁰ Em relação a isso, cabe mais uma vez destacar que essas restrições inicialmente estiveram relacionadas às agressões do governo americano, que, com a instituição do bloqueio econômico ocasionou uma queda brusca na oferta de produtos, principalmente de alimentos. Posteriormente, as restrições estiveram

Os resultados se expressaram em uma sociedade com estreitas margens de desigualdade social, alto nível de escolaridade e baixo índice de criminalidade e violência, diferenciando o país dos demais países da América Latina. O país foi inclusive, apontado como uma exitosa experiência que uniu crescimento econômico com desenvolvimento social. Além disso, esses resultados garantiram coesão interna e sustentabilidade política para ao projeto de construção do socialismo, que, mesmo frente às dificuldades econômicas que se manifestavam no final da década de 1980, mantinha o apoio da população.

Mas a estrutura e o funcionamento desse sistema de distribuição não foram isentos de contradições e desafios que foram paulatinamente se manifestando ao longo do período analisado. Ao tratar sobre esse tema, Garcia Baéz y Sanches Noda (2002) apontaram como parte dos principais problemas: um sistema salarial que não garantia uma retribuição que estivesse de alguma maneira vinculada ao aporte laboral individual; os meios monetários entregues aos trabalhadores em retribuição à atividade laboral não encontrava correspondência na oferta de produtos; uma distribuição de bens e serviços coletivos baseados em preceitos igualitaristas em que alguns mecanismos não eram utilizados pelos grupos mais necessitados; e uma utilização bastante restrita dos meios monetários como forma de distribuição e acesso aos resultados do trabalho social.

A experiência cubana enfrentou sérias dificuldades em tornar o salário um estímulo material para a elevação da produtividade e da produção. Isso porque os primeiros anos foram marcados por uma desestruturação salarial dado o acirramento dos conflitos com a burguesia nacional. Posteriormente, na segunda metade da década de 1960, foram fixadas estreitas faixas salariais e o montante monetário recebido pelo aporte laboral ficou totalmente desvinculado do esforço realizado no âmbito da produção. Já na década de 1970, quando se restabelecem uma correlação entre a renda individual e o trabalho, as dificuldades em manter uma oferta diversificada de produtos e a impossibilidade de investir as economias em pequenos negócios particulares acabavam sendo desincentivos para uma dedicação maior dos trabalhadores à produção, embora a aplicação da reforma tenha elevado os salários dos trabalhadores, sobretudo de alguns setores estratégicos.

relacionadas às escolhas realizadas pela própria sociedade, em que se buscou garantir a oferta de um conjunto de bens e serviços considerados básicos, e em contrapartida direcionar os recursos internos para a ampliação da capacidade produtiva de alguns setores considerados estratégicos, para com isso criar as condições materiais necessárias ao processo de desenvolvimento da produção industrial.

Além disso, os chamados *fondos sociales de consumo* começaram a ganhar cada vez mais importância dentro dos recursos destinados ao consumo, e isso foi consequência tanto da ampliação e melhoria dos serviços e bens ofertados pelo Estado para a satisfação das necessidades coletivas como do crescimento populacional ocorrido no período, que representou uma demanda maior por tais bens e serviços. No final dos anos 1980, estimativas apresentadas por Ferriol (2001) dão conta que apenas 49% dos bens e serviços consumidos pelas famílias eram cobertos com os ingressos monetários vinculados ao fundo de consumo individual e, portanto, provenientes do aporte laboral; o restante chega à população via políticas universais e da assistência social (FERRIOL, 2001).

Com isso, é possível observar que, durante os trinta anos aqui analisados, o peso relativo de alguns determinantes da distribuição foi sendo alterado, e, nesse sentido, o salário foi perdendo espaço como mecanismo garantidor das condições de vida e foram ganhando protagonismo os mecanismos relativos aos chamados *fondos sociales de consumo* que se concretizavam em diferentes bens e serviços ofertados à população, como educação, saúde, cultura, esportes, alimentação, habitação, dentre outros. Se isso contribuiu de maneira tangível para elevar as condições de vida da população e reduzir as desigualdades sociais, por outro engendraram algumas contradições.

Todavia, cabe destacar que, em diferentes momentos dentro desse lapso temporal se realizaram profundas autocríticas que, alinhadas com o compromisso de levar adiante a experiência de construção do socialismo em Cuba, buscaram desde o ponto de vista da teoria como da prática, identificar e corrigir os erros cometidos na condução da economia e na interpretação dos conceitos. Sendo que esses processos sempre foram conduzidos pelos altos dirigentes políticos do país e se desenvolviam a partir de reflexões coletivas juntas à população.

Como exemplo disso, tem-se a discussão que se realizou no bojo do I Congresso do PCC a partir da subseção presente no Informe Central do congresso denominada “Erros cometido”, assim como, posteriormente, os discursos de Fidel Castro Ruz e os debates travados no âmbito do que foi também denominado “Processo de retificações de erros e tendências negativas”. Em todos esses momentos, o funcionamento do sistema de distribuição foi objeto de avaliação e críticas, que seguramente também se refletiram na maneira como ele foi se conformando durante esse período.

Um dos aspectos que esteve presente nesses momentos de autocrítica, mas sobretudo nas reflexões que foram realizadas em meados dos anos 1980, foram os

reflexos que a manifestação das contradições presentes no sistema de distribuição produziam sobre a consciência social e a gestão da economia, convergindo para um desinteresse dos indivíduos pelo trabalho e pelo aumento da produtividade e da eficiência econômica no uso dos recursos, demonstrando que ainda era preciso um longo caminho para a construção de uma cultura econômica coletiva.

Assim, esse período que reconhecidamente foi de intenso investimentos no desenvolvimento social foi com o tempo gerando novas contradições distributivas que se expressaram, em um funcionamento limitado do sistema de distribuição no que tange ao horizonte de construção ao socialismo. E o que será analisado no último capítulo dessa tese, no que tange ao processo de atualização do modelo econômico e social que está em curso atualmente na ilha, está relacionado não apenas as contradições engendradas pelas mudanças levadas a cabo durante os anos 1990 no enfrentamento da crise, mas busca também resolver as contradições que, na década de 1980, eram objeto do processo de retificações de erros e tendências negativas, que foi interrompido com o desaparecimento do campo socialista.

Além disso, cabe acrescentar que os resultados alcançados em termos distributivos nos primeiros trinta anos da experiência de transição ao socialismo se refletiram em resultados tangíveis e reconhecidos mundialmente quanto ao desenvolvimento social alcançado no país, tanto que, no momento em que os países desenvolvidos e suas instituições internacionais começavam a ensaiar as metas do milênio, Cuba já havia cumprido as consideradas mais fundamentais. E, como será exposto no próximo capítulo, quando os países, sobretudo da América Latina, assumiam como estratégias para enfrentar os problemas econômicos internos a aplicação das políticas neoliberais que implicaram redução de garantias sociais, Cuba em meio a uma profunda crise interna, manteve e potencializou suas conquistas sociais.

Referências

ÁLVAREZ GONZALEZ, E. C. Cuba: un modelo de desarrollo com justicia social. **Cuba: Investigaciones Económicas**, La Habana, INIE, ano 4, n. 2, abr./jun. 1998.

_____. La apertura externa cubana. **Cuba: Investigaciones Económicas**, La Habana, INIE, ano 1, n. 1, 1995.

BELL, J.; LÓPEZ L. D.; CARAM, T. **Documentos de la Revolución Cubana 1959**. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em:

<<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/08/documentos-revolucion-cubana.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

_____. **Documentos de la Revolución Cubana 1961**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2008.

CARRANZA VALDÉS, J.; MONREAL, P. Problemas del desarrollo en Cuba: realidades y conceptos. **Revista Temas**. La Habana, n. 11, p. 30-40, jul./set. 1997. Disponível em: <[http://temas.cult.cu/wp-content/uploads/files/privado/revistas_en_pdf/Revista11\(2.14%20MB\).pdf](http://temas.cult.cu/wp-content/uploads/files/privado/revistas_en_pdf/Revista11(2.14%20MB).pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CARRIAZO MORENO, G.; LUIS RODRÍGUEZ, J. **Erradicación de la pobreza en Cuba**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987.
CEPAL. Apreciaciones sobre el estilo de desarrollo y sobre las principales políticas sociales en Cuba. CEPAL/MEX/77/22/Rev. 4, 1979. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/25809/S7900418_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 maio 2015.

_____. **La Economía Cubana: reformas estructurales y desempeño en los noventa**. 2. ed. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CUBA. Ley nº 24 de Seguridad Social, de 28 de agosto de 1979. In: **Natlex**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/WEBTEXT/20935/64826/S79CUB01.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

DÍAZ ACOSTA, J. C. Consumo y distribución normada de alimentos y otros bienes. In: PÉREZ VILLANUEVA (Org.). **Cincuenta años de la economía cubana**. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, 2010. p. 333-362.

FERRIOL, A. El modelo El modelo social cubano una aproximación a tres temáticas en debate. **Cuba: Investigaciones Económicas**. La Habana, INIE, ano 7, n. 1, jan./mar. 2001.

FIGUEROA ALBELO, V. M. Cuba: una experiencia de desarrollo rural. In: FIGUEROA ALBELO, V. M. et al. **La Economía Política de la Construcción del Socialismo**. Eumed.net. 2006. p. 260-285.

GARCÍA BAÉZ, F. R. Dos leyes de la distribución en el socialismo. **Economía y Desarrollo**, n. 100, p. 18-31, 1987.

_____. Fondos sociales: acercamiento de la correlación medida de trabajo-medida de consumo. **Economía y Desarrollo**, n. 6, p. 58-67, 1988.

GARCÍA BAÉZ, R; SÁNCHEZ NODA, R. Las relaciones de distribución en el sector socialista. In: SANCHES NODA, R. et al. **Economía Política de la Construcción del Socialismo: fundamentos generales**. La Habana. Ed. Félix Varela, cap. 6, p. 158-196, 2002.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, L; PÉREZ ROMERO, Y. Bases para una reforma general de los salarios en Cuba. **Siglo XXI**. Economía, n. CXVIII, set. 2013. Disponível em: <http://www.nodo50.org/cubasi gloXXI/economia/gonzalezr_300913.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ODRIOZOLA GUITART, S.; COLINA HERNÁNDEZ, H. Los retos de la distribución en la transición al socialismo en la Cuba de hoy. **Economía y desarrollo**. ano XLVII, vol. 156 n. 1, ene./jun. 2016, p.187-199.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. **Informe Central**: Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba. La Habana: Comité Central del Partido Comunista de Cuba, [S.I], 1975.

RODRÍGUEZ GARCÍA, J. La estrategia de desarrollo económico en la etapa socialista de la revolución. In: _____. **Estrategia de desarrollo económico en Cuba**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1990, cap. 3, p. 52-208.

TABLADA PÉREZ, C. **El pensamiento económico de Ernesto Che Guevara**. Ciudad de La Habana: Casa de las Américas, 1987.

TORRAS RODRÍGUEZ, R; YERA, L. M. Criterios sobre el perfeccionamiento del sistema empresarial cubano. **Revista Cuba: Investigaciones Económicas**, La Habana, INIE, ano 1, n. 3, out. 1995.

U-ECHEVARRÍA VALLEJO, O. Regulación, plan y mercado: el caso de Cuba. **Cuba: Investigaciones Económicas**, La Habana, INIE, ano 2, n. 3, jul./set. 1996.